



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [MSOffice1][P2]SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Declaro aberta a primeira reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir S.Exa. o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, PL nº 7/2009, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008. S.Exa. o Ministro já se encontra conosco compondo a Mesa de trabalho.

Anuncio a presença do Sr. João Bernardo Bringel, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que também já se encontra entre nós.

Convido também o Deputado Wellington Roberto, que também já se encontra em nosso meio compondo a Mesa, além do Deputado Geraldo Magela, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2010.

Comunico que está disponível na página da Comissão na Internet e na Secretaria o texto explicativo sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, enviado pelo Ministro, conforme descrito no § 1º do art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, alterada pela Resolução nº 3, de 2008.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser apartado desde que o permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo aos Srs. Parlamentares membros da Comissão que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta.

Com a palavra S.Exa. o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Obrigado, Senador Almeida Lima, digníssimo Presidente desta Comissão Mista de Orçamento.

Cumprimento também o Deputado Wellington Roberto, Relator da LDO. Já começamos a conversar sobre o projeto, e acho que até a votação teremos várias ocasiões para conversar. Cumprimento o Deputado Geraldo Magela, Relator do Orçamento para 2010, e cumprimento todos os senhores e as senhoras Parlamentares, Deputados e Senadores.

É uma satisfação, Sr. Presidente, voltar a esta Comissão. Procurarei fazer uma apresentação breve, até por conta de depois termos mais condições de debater com os Srs. Parlamentares.

Farei uma apresentação. Vejo [P3]que ainda não foram distribuídas cópias. Peço que sejam distribuídas, porque reparei que a apresentação está pouco visível.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Ministro, parece que os Parlamentares estão mal-acostumados, porque sempre têm que pegar aqui o material.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Já vão distribuir. De fato, esse quadro tem números pequenos, não vai ter tanta visibilidade. Mas o material está sendo distribuído.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este quadro mostra os parâmetros econômicos que estão embasando a nossa proposta para a Lei Orçamentária do ano que vem. Estamos prevendo um crescimento real do PIB em 2% este ano e 4,5% ano que vem. Nos anos seguintes, estamos prevendo 5%.

Para o IPCA, temos a mesma previsão de 4,5%, que é a nossa meta para todos esses anos. No INPC para este ano, temos uma previsão um pouco menor, de 4,3%, e em todos os outros anos, previsão de 4,5% e assim por diante. A taxa SELIC média para 2009 é de 10,8%. No ano que vem, 10,21%.

Com relação às nossas metas fiscais, o que estamos apresentando são as metas que constam da Lei Orçamentária, constavam da LDO para este ano, e também da Lei Orçamentária de 2009. Sabe V.Exa., Sr. Presidente, que mandaremos, provavelmente semana que vem, uma proposta alterando as metas de superávit primário, as metas fiscais para este ano. Isso já foi anunciado pelo Governo, mas tem que ter a aprovação do Congresso. Para o ano de 2010, estamos projetando uma meta fiscal de 3,3% do Produto Interno Bruto — isso porque deixaremos de fora das nossas contas a PETROBRAS, que foi dispensada de fazer superávit já neste ano e nos próximos anos também será tratada assim.

Estamos prevendo para 2010 uma receita que vai corresponder a 24,8% do Produto Interno Bruto, que é mais ou menos o mesmo patamar dos anos seguintes, e uma despesa primária equivalente a 22% do Produto Interno Bruto. Isso significa que cumpriremos uma meta fiscal de 2,15%, sendo 0,2% do PIB das empresas estatais — portanto, atingiremos no Governo como um todo 2,35% do PIB.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O nosso Projeto Piloto de Investimentos, o PPI, que neste ano soma 15 bilhões, 551 milhões de reais, está projetado para 2010 em 16 bilhões, 886 milhões de reais. Isso significa também meio ponto percentual do PIB, a exemplo deste ano.

Incluimos, Sr. Presidente e Sr. Relator, Wellington Roberto, um dispositivo que permite que, havendo excesso de meta realizado neste ano de 2009, apurado no final de exercício, seja utilizado para cumprimento da meta de 2010. Portanto, seria transferido como uma poupança para 2010.

Além disso, um debate sempre presente nas discussões de LDO são as regras para o caso de não ser aprovada a LDO até o final de dezembro. Estamos propondo, com algumas modificações, que sejam liberadas para execução as obrigações legais e constitucionais, ou seja, as despesas obrigatórias. Nas despesas correntes, um doze avos por mês. Isso de [P4] certa forma está consagrado pelo Congresso, não é objeto de polêmica. Nas despesas de capital, nós estamos propondo que também tenhamos autorização para executar um doze avos por mês nas ações contempladas no Orçamento de investimentos — ou seja, para as empresas estatais —, e aquelas consideradas prioritárias no projeto de LDO, desde que estejam em execução no exercício de 2009, ou seja, uma tentativa de não permitir que sejam paralisadas obras já iniciadas e que sejam consideradas prioritárias.

No capítulo de transferências, estamos prevendo a possibilidade de transferir esse recurso de capital para associações sem fins lucrativos, especificamente catadores de material reciclável, ou voltadas para o atendimento de pessoas carentes, em situação de risco social.

Como todos sabem, isso é uma exceção. Não fazemos transferência de recurso para capital para essas associações.

Não será exigida também contrapartida para obras delegadas vinculadas às competências privativas da União.

O raciocínio que estamos fazendo é o seguinte: em se tratando de um equipamento federal que esteja delegado, se vou repassar dinheiro para que o ente federado possa fazer, não tem muito sentido exigir contrapartida. Exemplo: uma rodovia federal que esteja delegada para o Estado, ou um porto federal que esteja delegado.

A demonstração do cumprimento das exigências para a realização das transferências deverá ser feita somente quando da assinatura do instrumento e da liberação da primeira parcela. Essa é uma tentativa que estamos fazendo para evitar que num município que esteja inscrito no CAUC, ou num Estado ou numa entidade, e já haja um investimento em andamento, ele seja paralisado. Por isso estamos propondo um tratamento de forma diferente para o ano que vem, no Orçamento do ano que vem.

Eram essas as questões que eu queria destacar. Evidentemente colocamos os pontos em que houve alteração e destacamos aqueles mais relevantes.

Coloco-me à disposição das Sras. e dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço ao Ministro do Planejamento a exposição que acaba de fazer.

Antes de passar a palavra ao Plenário, para o debate, concedo a palavra ao nobre Deputado Wellington Roberto, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, nosso querido Ministro Paulo Bernardo, Dr. João Bernardo, técnicos do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, é sempre uma satisfação tê-lo aqui, Ministro, V.Exa. que conhece tão bem esta Comissão.

Gostaria de iniciar, Sr. Presidente, fazendo algumas perguntas para tirar dúvidas. Com certeza, as respostas que serão dadas pelo Ministro Paulo Bernardo ilustrarão o nosso relatório, para que nós possamos seguir o cronograma, que já se encontra atrasado.

Sr. Ministro, quero inicialmente fazer uma pergunta sobre o Fundo Soberano, que se encontra hoje com 15 bilhões e 200 milhões de reais. Pergunto a V.Exa. como o Governo pensa em aplicar esses recursos.

Segunda pergunta: qual a visão do Governo sobre a paralisação — o Ministro terminou de falar sobre esse tema — das obras com indícios de irregularidades, que causam um prejuízo muito grande para o País?

Terceira pergunta, Sr. Ministro: de que forma se pretende fazer a compensação de metas no [p5] exercício de 2010? Será levada em consideração a execução do PPI de 2009, juntamente com a programação do PPI de 2010?

Quarta pergunta, Sr. Ministro: a redução da meta de 2009 e a retirada da PETROBRAS das estatísticas fiscais não prejudicarão a situação fiscal? E por que só a PETROBRAS como estatal?

Quinta pergunta, Sr. Ministro: por que o Executivo propôs transformar de obrigatória em facultativa a exigência de contrapartida na prestação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos?



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sexta pergunta, Sr. Ministro: considerando que a reserva de contingência é entendida como seguro no Orçamento, por que ela sempre consta do Orçamento como despesa financeira, causando impacto negativo no resultado primário quando é utilizada na abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas primárias?

E, para concluir, Sr. Ministro, a sétima pergunta: a nova regra para o SINAPI [p6] não pode relaxar demais o critério para a contratação de obras públicas?

Eu queria dizer ao Sr. Ministro que, se for de sua conveniência, pode responder em bloco, para dar celeridade a esta audiência e para os pares também poderem fazer suas perguntas e acalorar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado, Sr. Relator, Deputado Wellington Roberto. São várias as perguntas. Se me fugiu anotar alguma, peço a V.Exa. que me alerte.

Quanto ao Fundo Soberano, quando começamos esse debate lá no Governo, a ideia era termos recursos guardados, particularmente num período em que tínhamos uma receita maior, quase sistematicamente maior do que as previsões que fazíamos, ter os recursos para financiamento de alguns projetos. Era citado, por exemplo, aumentar a capacidade de financiamento de projetos de empresas brasileiras que atuam no exterior, ou mesmo aumentar a nossa capacidade de financiar obras na área de infraestrutura.

A tramitação do Fundo Soberano se deu aqui no Congresso Nacional já num ambiente de alguma incerteza, porque já havia começado a chamada crise econômica nos países desenvolvidos. É verdade que no Brasil ainda tínhamos uma situação até setembro muito mais tranquila, um crescimento econômico vigoroso, mas o debate foi feito dentro desse ambiente de incerteza.

Quando o Congresso o aprovou, consideramos o seguinte. Temos uma poupança, que já está em um pouco mais de 15 bilhões, como V.Exa. disse, é um dinheiro que está aplicado, eram 14 bilhões e 300, aproximadamente, e, quando verificamos a queda de receita no início deste ano, cogitamos a possibilidade de usar o Fundo Soberano, uma parte dos seus recursos. A posição que acabou sendo adotada pelo Governo, defendida pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi a de mantermos esses recursos na aplicação.

Portanto, fizemos algumas adaptações nas metas fiscais para este ano e decidimos que não vamos lançar mão dos recursos do Fundo Soberano para 2009, isso porque temos uma expectativa de que no ano que vem teremos uma situação fiscal melhor, com a retomada do crescimento econômico. Talvez nem precisemos, mas, caso seja necessário, poderíamos dar conta das nossas obrigações e das prioridades [p7] do Governo sem ser necessário fazer outra modificação nas metas fiscais. Então o Fundo Soberano vai ficar como uma reserva, uma poupança que nós fizemos, provavelmente na casa dos 18 bilhões em janeiro do ano que vem. Portanto, não há decisão ainda. A nossa orientação é, caso necessário, fazer a utilização em 2010.

Com relação à outra questão apresentada por V.Exa., o TCU tem usado muito a sistemática de determinar a paralisação de obras com indício de irregularidades graves, o que me parece correto, defensável. É preciso, Deputado Wellington, o Congresso deixar claro o que é irregularidade grave. O que deve ser considerado irregularidade grave?

Também é preciso termos alguma mediação, por exemplo, de prazo sobre isso. Muitas vezes, o TCU determina porque há indícios de irregularidades, que depois não se verificam, mas a obra ficou parada. V.Exa. tem razão. Há um prejuízo. Nós teríamos, talvez, que mediar isso com o TCU, conversar e ter um prazo. Poderíamos paralisar a obra durante determinado tempo, principalmente as que estejam em andamento. Se há uma obra que não começou e está com indício de superfaturamento, parece-me absolutamente tranquilo e defensável que tenhamos de fazer todo o trabalho de esclarecimento antes. Mas se ela estiver em andamento, é preciso haver um tratamento diferenciado. Essa é a visão que eu tenho sobre isso.

Particularmente, acho importante definir o que é irregularidade grave. Nós tivemos o caso de uma obra da transposição de bacia do Rio São Francisco, em que o Tribunal de Contas questionou o salário pago aos engenheiros da empresa privada. Parece-me um equívoco isso. Mas essa é a visão. Deveríamos esclarecer. O Tribunal de Contas tem de fazer o seu papel: fiscalizar. Se estiver claro e objetivo o que ele tem de fazer, será melhor.

Com relação à compensação de metas, é uma novidade. Apresentamos uma possibilidade, caso tenhamos excesso. Ou seja, estabelecemos para este ano uma meta total de 2,5% do PIB. A parcela do Governo Central é de 1,4%. Estamos falando dessa. Não vamos falar das metas dos Estados e Municípios — e não é nem meta, é uma projeção.

Então, se tivermos na meta projetada para o Governo Central um desempenho superior, poderemos no ano que vem utilizar. Como vai ser calculado isso? Como nós calculamos se vamos cumprir ou não. Temos a faculdade de utilizar eventualmente o PPI. Podemos dizer: utilizando o PPI, temos um excesso de metas de 0,1, 0,2, que poderá ser utilizado como diminuição da meta de 2010.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Como vamos fazer isso? A nossa ideia é na primeira prestação de contas bimestral, no primeiro bimestre de 2010, apresentar ao Congresso um relatório que fazemos e dizer: a meta foi cumprida assim e assim, houve excesso, não houve excesso. A partir daí não há mais discussão sobre esse tema — evidentemente considerando que seja aprovado pelo Congresso esse mecanismo que estamos propondo. Como eu disse, é uma inovação.

Acho que todos aqui sabem que a discussão sobre as estatais, particularmente sobre a PETROBRAS, vem de longa data. Quando foi criado o atual regime de metas fiscais, já havia uma discussão sobre se as estatais, particularmente a PETROBRAS, deveriam constar ou não nas contas, se o seu saldo deveria contar para o cálculo da dívida líquida, e a opção do Governo, naquela época, podia ser outra, mas podia ser a que foi também. Sempre houve polêmica. A opção do Governo foi a seguinte: a PETROBRAS terá de fazer superávit, e o seu saldo, seu caixa conta também para reduzir a dívida líquida do Governo. É bem verdade que isso nunca vai poder ser utilizado. O caixa da PETROBRAS não se pode misturar com o dinheiro do Tesouro Nacional e não vai servir nunca para pagar dívida.

Por que isso foi feito? Porque, provavelmente, na tentativa de enxugar a liquidez do mercado e, principalmente, de conter, de controlar os gastos das empresas estatais, foi colocada essa meta. Em nosso Governo, também discutimos essa questão várias vezes, tanto que estamos adotando uma medida já no sétimo ano de governo. Portanto, não era uma coisa líquida e certa. Mas consideramos que isso dá mais transparência às contas públicas.

Vemos que a demonstração da dívida líquida é maior do que o seria com o caixa da PETROBRAS. Mas ela é mais transparente, expressa, mais claramente, quanto realmente o Governo deve de dívida líquida interna. Além disso, dá melhor condição operacional à PETROBRAS. Todos sabem que a PETROBRAS tem que fazer captação. Desse modo, pelo menos com esse montante de 15 bilhões de reais, a empresa fica dispensada dessa captação, fica aliviada, sem precisar fazer esse superávit. Na verdade, achamos que isso melhora a demonstração, o cálculo das contas públicas tornam o demonstrativo mais transparente. Do ponto de vista da empresa, dá a ela autonomia efetiva.

No caso da contrapartida, até o ano passado, a legislação considerava obrigatório fazer contrapartida. Achamos que isso deve ser decidido conforme o tipo de convênio que é feito. Por exemplo, o gestor, o Ministro ou o seu secretariado têm que dizer que tipo de convênio estão fazendo. Por exemplo, no caso de convênio com a APAE para atendimento de uma necessidade, acho perfeitamente defensável que seja dispensada a contrapartida. Agora, se o convênio é com outra entidade, alguma que tenha mais condição e uma situação diferenciada, parece-me razoável exigir alguma contrapartida.

Estamos falando como se a contrapartida fosse facultativa. Quer dizer, a avaliação que fazemos dos serviços voluntários, como os da Pastoral da Criança ou de alguma outra entidade, é a seguinte: nós obrigamos a que eles nos deem contrapartida, o que significa encarecer os serviços que eles prestam. Portanto, essa opção vai acabar tornando mais leve esse custo. A reserva de contingência, na verdade, já vem calculada para efeito de resultado, já vem calculada como despesa financeira. Portanto, a abertura de crédito em si não aumenta nem diminui o resultado, mas causa impacto. Quando nós fazemos a avaliação bimestral, já consideramos a reserva financeira. Portanto, não há nenhuma diferença nisso.

Com relação ao SINAPI, o que nós estamos propondo é um critério que acho que vai permitir melhor avaliação do custo das obras públicas. Nós estamos propondo que esse critério seja feito com base no custo médio global, e não em cima de cada item, porque é perfeitamente possível que determinado item tenha aumento de preço, mas outro tenha diminuição, e o preço global do empreendimento, qualquer que seja, acabe ficando o mesmo, ou até menor. Agora, se nós nos apegarmos a item por item, a possibilidade de haver uma avaliação equivocada é muito maior. Por exemplo, as dobradiças que foram usadas em um edifício foram muito caras, mas as portas foram mais baratas. Então, se a avaliação é feita pelo preço médio global, acho que é mais adequada. Acho que vamos conseguir essa avaliação, desde que o preço global fique abaixo daquilo que foi estimado na mediana do SINAPI.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Agradeço ao Sr. Ministro.

O nobre Presidente abrirá o debate com os pares, que, com certeza, terão muitas perguntas para fazer ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Inicialmente vamos conceder a palavra ao Relator-Geral. *(Pausa.)* S.Exa. a dispensa.

Vamos obedecer agora, salvo a apresentação de alguma questão de ordem, à lista de inscrição.

O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - Tendo em vista que nós sabemos que o Sr. Ministro tem compromisso, quero sugerir que pudéssemos agrupar as perguntas em grupos de 3, até para facilitar as respostas do Ministro e, com isso, agilizar o cumprimento da cessão da palavra aos inscritos.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Na continuidade dos trabalhos, vamos ver a possibilidade de assim procedermos. Acato a sugestão.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. tem a palavra, Senador Jayme Campos.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, na mesma direção da indagação que o Deputado Wellington Roberto fez ao Sr. Ministro, para ser mais prático e célere no andamento desta audiência pública, quero apenas fazer uma observação às palavras do Ministro.

Sr. Ministro, V.Exa. disse que o Fundo Soberano poderia ser usado para fazer um fluxo de caixa, na medida em que, eventualmente, com a queda de nossa receita, poderia ser lançado mão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Senador Jayme Campos, por gentileza, V.Exa. faz a questão de ordem à Presidência. Estarei aqui pronto para atender a V.Exa.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, foi apenas para dar andamento, não faria nenhuma indagação. Todavia, respeitando V.Exa., vamos aguardar, até para o andamento das indagações dos demais colegas Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado, primeiro inscrito. A seguir, o Deputado Jilmar Tatto.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Cumprimento o Sr. Presidente; o Ministro Paulo Bernardo; o Secretário-Executivo, Sr. João Bernardo; o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Magela; o Relator da LDO, o Deputado Wellington Roberto; meus companheiros Congressistas, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas da Comissão de Orçamento.

Ministro, ficamos extremamente felizes por V.Exa. comparecer a esta Comissão e prestar as informações necessárias e fundamentais para que possamos, na discussão da LDO, pontuar algumas dúvidas que eventualmente estão a ocorrer.

Minha intervenção será breve, mas a farei em 4 pontos.

Quanto ao primeiro ponto, a LDO indica que irá promover no Orçamento da União para 2010 uma previsão de desoneração tributária em torno de 120 bilhões, política que, inclusive, defendemos. Contudo, no próprio texto da mensagem, V.Exa., como Ministro, textualmente diz o seguinte: *"Nesse cenário, o atendimento da demanda social com a finalidade de adicionar novas metas e prioridades à LDO pressupõe, por um lado, a mudança na alocação dos recursos provenientes de vinculações, renúncias de receitas e despesas obrigatórias e, por outro, a decisão de elevar a carga tributária por meio de aumentos de alíquotas ou base de cálculo de impostos e contribuições"*.

Minha indagação é: o Governo irá fazer a "política do serrote", dar e tomar, ou, evidentemente, irá promover a desoneração, sem que haja o aumento da carga tributária? Consta essa informação na mensagem e, no texto da LDO, a possibilidade dessas desonerações, com as quais, aliás, todos concordam, inclusive em um momento de crise.

A segunda indagação vem em relação ao art. 69 da LDO, à possibilidade de o Governo não sancioná-la. Chamo a atenção da Comissão, pois não estamos tratando de um artigo que imponha ao Congresso Nacional o momento fatal de aprovar o Orçamento, mas a iniciativa do Presidente da República de sancionar o projeto de lei. A LDO está falando, no art. 69, que, em não sendo sancionada até o dia 31 de dezembro, o Governo poderá executar as despesas e os investimentos de custeio normalmente no percentual de um doze avos.

Sr. Ministro, penso que essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional, de poder decidir, em última instância, a autorização para que o Governo possa executar o Orçamento. A partir do momento em que votamos um artigo que impõe que o Presidente, não sancionando o projeto de lei enviado, poderá executá-lo de acordo como fora enviado, o Congresso Nacional perde sua prerrogativa, e o Executivo avoca a si a prerrogativa de decidir, em última instância, a execução e a elaboração orçamentária, o que, sem sombra de dúvida, é uma decisão que fere o princípio da independência dos 3 Poderes, em especial do Congresso Nacional.

Essa posição, de nossa parte, é criticada. Quero entender melhor a posição, já que a lei fala de sanção, e não de se votar ou não até o dia 31 de dezembro. Diga-se de passagem, no ano passado e no retrasado, votamos antes do período. Fui um desses defensores. O Congresso votou normalmente, antes do final do exercício. Isso significaria, inclusive, certa descortesia para com os Congressistas.

O terceiro ponto, Ministro, é em relação aos parâmetros macroeconômicos previstos na LOA. Todos os economistas que li — talvez não tenha lido alguns — preveem o crescimento do PIB para este ano em zero por cento, o que seria bom, dada a excepcional atividade econômica que ocorreu no ano de 2008. O Governo insiste em manter em 2% a previsão do crescimento do PIB para este ano de 2009.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em se tratando de 2%, achamos que é extremamente elevado prever-se 3,5% para o próximo ano. E se houver a frustração dessas metas? Obviamente, a cada 1% a menos na previsão do superávit, 20 bilhões de reais de recursos não serão disponibilizados. Não estaria o Governo tentando manter essas metas para não ter que cortar as despesas de forma imediata, obviamente tendo que reduzir suas receitas? No momento em que se prevê a possibilidade de que, havendo um superávit em 2009, esse excedente já estaria sendo utilizado como o cumprimento da meta de 2010, inclusive com previsões de receita para os dispêndios com as obras do PAC e do PPI? Havendo essa frustração, não ficam comprometidos os recursos para essas obras?

Gostaria de ter um esclarecimento em relação à questão do comprometimento das metas de 2010, que, como as de 2009, estão elevadas. Abrir essa possibilidade, em se tratando de excesso de arrecadação de 2009, já prevendo o abatimento para o superávit de 2010, não as comprometeria de antemão no ano político, em que as demandas dos Estados e dos Municípios necessariamente crescem e se tornam às vezes até insuportáveis? Sei disso porque fui Prefeito. Sei o que é ano político para os gestores públicos. Ministro, isso não aumentaria a demanda, principalmente para o Governo Federal em um ano político? Isso, por outro lado, no reverso da moeda, não ensejaria uma postura de ceder a essas pressões, comprometendo as contas do Governo no ano eleitoral, que envolverá uma eleição presidencial?

Outra indagação, Ministro, a última, é em relação às despesas de custeio. O Relator deu uma declaração de que pretende, inclusive como foi feito ano passado, limitar em 90% os gastos, em relação ao ano anterior, com despesas de custeio, principalmente com pessoal, despesa de hospedagem, de passagens aéreas, diárias, fazendo com que haja nesse particular do custeio menor dispêndio em relação à crise que estamos vivendo, que poderá perdurar por mais um tempo, sem cortar apenas os investimentos. O Governo adotou uma política de poder conceder aumentos escalonados ao longo dos anos. Foi feito ano passado, está sendo feito este ano e será feito em 2010. Em não havendo essa previsão de arrecadação, não se concretizando, o Governo irá cancelar esses aumentos, irá renegociá-los ou postergar a sua implementação? Essa seria a última indagação.

Com o respeito e a admiração que tenho pelo Ministro — sei que a economia está em estado de dificuldade, com alguns tombos —, peço a S.Exa. que, antes de se levantar, para não levar um tombo, amarre o cadarço, que está solto.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Ministro do Planejamento.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Vou tomar essa providência logo depois de lhe responder, Deputado.

Sr. Presidente, não vejo aqui o Senador Jayme Campos. S.Exa. levantou uma questão, mas V.Exa. também não deixou claro se eu deveria já responder ou não. Como S.Exa. não está presente, deixo para depois. O Senador me perguntou sobre o Fundo Soberano. Se eu responder sem que esteja presente, S.Exa. vai me perguntar novamente. No final, explicarei a questão.

O nobre Deputado Cláudio Cajado fez algumas questões bem simples. Veja bem, em relação à questão tributária, entendemos perfeitamente que, com o advento de uma conjuntura econômica mais apertada, com a desaceleração econômica, com as dificuldades que passamos, particularmente no último trimestre e um pouco ainda nesse primeiro trimestre, é evidente que ficamos com uma situação de receita e despesa muito mais apertada. O que aconteceu nos anos anteriores foi que, quase invariavelmente, fizemos previsões de receitas, e o Congresso depois as refez, aumentando as receitas. E ambos erramos, porque a receita acabou sendo maior. Isso deu uma condição diferenciada. Inclusive, fizemos superávites fiscais muito maiores em todos esses anos do que haviam sido originalmente previstos.

O que acontecerá agora? Temos uma receita muito mais exígua. A previsão para este ano é quase 50 bilhões de reais a menos do que o que está na Lei Orçamentária. Portanto, o Congresso acertou quando mandamos para cá uma previsão. O Congresso diminuiu a nossa receita, mas a realidade a diminuiu muito mais.

Tentei me lembrar desse parágrafo que V.Exa. citou, mas não consegui fazê-lo bem. O que estamos colocando é que mandamos uma previsão bastante ajustada. A variação que temos é de que é difícil aumentar os gastos de forma expressiva. Fazer um ou outro aumento que seja possível remanejar, tudo bem, mas é difícil aumentar de forma expressiva os gastos sem haver contrapartida de receita. Foi isso o que quisemos dizer simplesmente. Não estamos pensando em aumentar tributo algum, até porque o Governo fez sua opção.

Diante da situação de dificuldade econômica — há particularmente vários setores das empresas com dificuldades —, preferimos, mesmo estando num momento de receita deficitária, baixar mais os impostos e dar fôlego à economia, apostando que, na sequência, com o crescimento econômico, vamos arrecadar mais. Então, fizemos a diminuição do Imposto de Renda, do IOF, da COFINS, do IPI para vários produtos. Diminuímos o IPI do material de construção e de produtos da linha branca — fogões, geladeiras, máquinas de lavar. Aparentemente, essa política está funcionando. Dessa forma, não temos previsão alguma de fazer aumento de impostos. O que achamos é que, na sequência, vamos ter uma receita maior com o aumento da atividade econômica.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A questão da sanção presidencial, Deputado Claudio Cajado, é porque, quando o Congresso aprova o Orçamento, como qualquer outra lei, a Constituição dá ao Executivo um prazo de 15 dias úteis para fazer a sanção. E tem acontecido de o Congresso aprovar o Orçamento no ano anterior — no caso seria o de 2009 —, mas aprová-lo num prazo em que não seja possível o Executivo fazer a sanção. O João Bernardo estava me falando, enquanto V.Exa. perguntava, que, no ano passado, o Congresso aprovou a Lei Orçamentária, e nós a sancionamos ainda em dezembro. Mas a outra vez em que isso aconteceu foi há 10 anos. Em todos os outros anos, nesse interregno, o Congresso teve um pequeno atraso: aprovou-a no dia 28 de dezembro, e nós a sancionamos no dia 15 de janeiro, que é o prazo. Por isso usamos a expressão "sanção presidencial", porque a lei só entrará em vigor, efetivamente, no momento em que for publicada, depois da sanção. Então, não queremos tirar nenhuma prerrogativa do Congresso, apenas nos resguardamos, para que, de fato, o Orçamento seja sancionado.

Reconheço que há uma grande polêmica quanto à nossa previsão de crescimento. Provavelmente, nós lemos os mesmos analistas que V.Exa. Deputado Cajado, pondero que é muito difícil fazer hoje uma previsão precisa. Temos um grau de incerteza ainda muito grande.

Outro dia me fizeram uma pergunta a respeito da decisão do FMI de fazer uma projeção de crescimento negativo para este ano. Perguntaram-me por que a projeção do FMI é melhor do que a do Banco Central, ou a da Focus, ou a do Ministério da Fazenda. Entretanto, acho que é possível chegarmos a esses 2% de previsão de crescimento para este ano. É o que consta da proposta. Na última revisão que fizemos — se não me engano, no mês de março enviamos o relatório para o Congresso —, colocamos essa previsão.

Pode haver uma nova revisão? Podemos mudar a previsão de crescimento de 2% este ano? Pode acontecer. Teremos de fazer relatórios bimestrais para acertar isso. Mostrei o que está no projeto. Portanto, não podia mostrar outro número.

Isso pode comprometer alguma meta? Avaliamos o seguinte: no que tange à receita, achamos que a variação hoje é muito pequena. Para mais ou para menos, a Receita tem mecanismos para prever a entrada de recursos com uma precisão muito maior do que nós, quando prevemos o crescimento da economia. Então, provavelmente, haverá pouca diferença de receita e não haverá grandes problemas em nossas metas este ano. Se isso for confirmado, para o ano que vem, teremos uma situação mais razoável de projeção. Entretanto, sempre pode haver uma mudança. V.Exa. sabe muito bem. Tanto que a lei nos faculta, quando enviamos o Orçamento, revisar a receita e, ainda no final do processo de votação, realizar a última projeção. Teremos de interagir. E o Congresso tem-nos ajudado muito.

Com relação aos custeios, continuamos empenhados em fazer com que os gastos correntes cresçam menos e os investimentos do Governo Federal cresçam mais.

Com relação à questão de pessoal, a própria lei que foi aprovada pelo Congresso permite que, havendo a derrubada muito grande da receita, adiemos os reajustes salariais que já foram votados, que não foram efetivamente concedidos, porque há data para isso. Essa questão permanece do mesmo jeito. Eventualmente, havendo necessidade imperiosa, poderemos fazê-lo. Mas até o momento o que se desenha é que cumpriremos o que foi votado aqui no Congresso. Vamos utilizar essa faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Deputado Claudio Cajado, V.Exa. deseja a réplica?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só quero agradecer ao Ministro Paulo Bernardo, que deixou claro que o Governo não pretende aumentar a carga tributária. Pelo que V.Exa. apresentou, a retomada do crescimento ensejará um fortalecimento da arrecadação. Então, na verdade, não será implementado o que está exposto na mensagem. Haverá, sim, a desoneração da carga tributária. Esse é o parâmetro claramente empregado.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Desoneração que inclusive já fizemos este ano, em grande parte.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Já foi feita. Correto.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Não temos nenhum plano para aumentar impostos. Queremos que a receita suba por conta da atividade econômica. Uma atividade econômica mais vigorosa no segundo semestre do ano que vem certamente nos dará uma receita melhor. Essa é nossa expectativa.

Por exemplo, o que derrubou muito o Imposto de Renda foi o fato de que as empresas vinham tendo lucros muito altos, então, o imposto de renda de pessoa jurídica crescia a cada ano e, agora, temos empresas com lucros pequenos, o que derrubou o imposto de renda também. Esperamos que as empresas voltem a recolher com o atual aumento da atividade econômica.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO - Cumprimento o Presidente, Senador Almeida Lima; o Relator Geral, Deputado Magela; o Relator da LDO, Deputado Wellington Roberto; o Ministro Paulo Bernardo e o Secretário Executivo, João Bernardo.

Início parabenizando-o, Ministro, pelo competente trabalho que tem desenvolvido junto ao Ministério do Planejamento. Na mensagem que o Governo enviou ao Congresso, os parâmetros macroeconômicos são uma avaliação bastante positiva da nossa economia. Isso tem sido mostrado, inclusive, com palavras, discursos e pronunciamentos do próprio Presidente da República e está expresso agora, de forma bastante concreta, do ponto de vista da LDO.

É evidente que isso não foi à toa. Existem ações muito concretas que vêm sendo desenvolvidas no sentido de fazer com que isso aconteça, porque o Brasil está sabendo enfrentar a crise de maneira bastante positiva, inclusive com outros países nos elogiando. É o Estado colocando sua máquina para fazer com que nosso crescimento econômico não caia tanto. Por isso considero bastante positivo um crescimento de 2%, principalmente se compararmos com o que está sendo projetado em outros países.

Sr. Ministro, quero ainda falar sobre alguns pontos que considero como aprimoramento da LDO de anos anteriores e que têm a ver com esse otimismo. Primeiro, o Ministério tenta enviar uma mensagem que simplifica, que facilita a relação, inclusive, entre os entes da União e os Estados. O fato de se permitir prorrogar de 30 para 45 dias a prestação de contas de um município ou fazer com que, depois de apresentado o projeto e executado o primeiro mês, o município não mais tenha de paralisar as obras, é um elemento importante para não estacionar o que vem acontecendo no País.

Um segundo elemento que considero importante é essa retirada da PETROBRAS do cálculo do superávit primário. Por quê? Porque a PETROBRAS é uma empresa importante do ponto de vista de investimento. Tem a ver com a concepção de se usar a empresa pública para não se parar com o investimento, com o crescimento e com a geração de empregos. Então, é elogiável essa decisão política, que vem em boa hora, de se retirar a PETROBRAS desse cálculo.

Para não ficar só no elogio, Ministro, quero fazer uma pergunta referente ao inciso IV do art. 6º. As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salário, não necessitam registrar no SIAFI a execução orçamentária e financeira da receita e despesa. O que levou o Ministério a tomar essa decisão sobre essa questão das entidades de empregadores?

Outra coisa que gostaria de elogiar é essa possibilidade de as transferências de capital para entidades constituídas em forma de associação e cooperativas não precisarem da contrapartida. Esse é um elemento, é a prova de que o Governo tem sensibilidade social, entende e sabe diferenciar o que é uma entidade ribeirinha, uma entidade quilombola, uma entidade ligada à questão indígena ou da criança e do adolescente de uma entidade de porte maior. Essa sensibilidade é elogiável e mostra que, quando se trata da discussão do Orçamento e da LDO, o Governo também tem uma sensibilidade social muito grande.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Concedo a palavra, e logo, ao Deputado Ricardo Barros, que estava inscrito. *(Pausa.) (Ausente.)*

Não [p8]estando presente no momento, concedo a palavra ao Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO WILSON SANTIAGO - Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Sr. Ministro Paulo Bernardo; Sr. João Bernardo; Relator-Geral do Orçamento e Relator da LDO, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, na verdade, a todos nós, que procuramos analisar um pouco da LDO, alguns pontos chamam a atenção, primeiro, quando se fala na atualidade, a queda do PIB no momento em que vivemos. Posteriormente, também com isso, a queda da produção industrial e assim por diante.

O que nos chama mais a atenção é o conservadorismo da própria área econômica quando mantém a previsão orçamentária da LDO e a elevação do superávit primário para o próximo ano, diferente, na verdade, do que o próprio Governo reduziu para este ano. Não estava na hora de todos nós, e o próprio Governo logicamente, continuarmos com essa política de redução de juros, de aumento de investimentos, procurando fazer com que o País, na verdade, continuasse no trilho do desenvolvimento, gerando logicamente mais emprego e mais renda para o Brasil?

Era o que gostaria de lhe perguntar, já que V.Exa. tem acompanhado, ao longo do tempo, essa política que, na verdade, pode até não ser a de V.Exa., o que V.Exa. almeja. Sei que há momentos que é o possível, mas se não juntarmos os esforços, logicamente, não chegaremos aos objetivos que interessam a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - Exmo. Senador Almeida Lima, Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, são duas rápidas abordagens. Primeiro, o tema já foi superficialmente tocado, mas eu gostaria de me aprofundar um pouco mais no tocante



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

aos elementos, fornecidos em projeção e por escrito, referente às projeções de crescimento real do PIB ao ano. Temos projetados: 2009, 2,0; 2010, 4,5; 2011, 5; 2012, 5.

Faço parte de Comissão do Senado, presidida brilhantemente pelo Senador Francisco Dornelles, com toda a sua experiência e com toda a equipe, que é a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira Internacional. Tenho oportunidade também de participar do Conselho da CNI, que é comandada pelo Deputado Federal Armando Monteiro.

As duas Casas, a imprensa mundial, os contatos internacionais preveem que realmente é imponderável, é muito difícil se fazer uma previsão sobre o que vai acontecer no panorama mundial econômico. A crise americana ainda está aí; a Europa tem países pontualmente que passam por determinadas crises, como, por exemplo, a Espanha; os Tigres Asiáticos estão com suas garras, com seus dentes menos afiados. Então, realmente gostaria de ter uma justificativa por parte de V.Exa., que deve ter informações que não detemos para prever um crescimento de um ano para outro de mais de 100%. Na hora em que partimos de uma expectativa de crescimento de 2%, que numa crise mundial é um bom número, temos a expectativa de atingirmos em 2010 um crescimento de mais de 100% do PIB, e nós não detemos essa informação. Gostaria que V.Exa. nos privilegiasse com a origem dessas informações.

Para [p9]finalizar, Sr. Presidente, no mapa seguinte, das metas fiscais, no tocante às estatais, há uma previsão de 2009 de 0,70. Nos anos seguintes, mantém uma constante de 0,20 em 2010, 2011, 2012. Como todos os outros números são bastante harmônicos — 3,8; 3,3; 3,3; 2,15; 2,15; 2,15, 2,15 — menos essa rubrica que se refere às estatais, gostaria que V.Exa., por gentileza, fizesse esse esclarecimento da queda de 0,70 para 0,20 e a constante 0,20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Sr. Ministro, lembrando que temos 3 Parlamentares que fizeram perguntas. Inicialmente, o Deputado Jilmar Tatto, logo a seguir o Deputado Wilson Santiago e, por último, o nobre Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado. Quero agradecer a V.Exa., Deputado Jilmar Tatto, as palavras. Parece-me que estamos de acordo com relação à proposta que estamos mudando para o CALC. Estamos fazendo uma tentativa de flexibilizar, tratar de uma forma diferenciada essas entidades. Também estamos de acordo com relação à PETROBRAS, e depois falarei a respeito da pergunta do Senador Cavalcanti.

Com relação às entidades que V.Exa. indaga, quero dizer que entidades como o SESI, SESC, SENAC, SENAI e todas as congêneres já executam hoje o orçamento fora do SIAFI. Na verdade, elas não são parte do Orçamento; elas são para-fiscais. Só que temos algumas cobranças. O Tribunal de Contas tem cobrado: como se registra, como se faz? Então, estamos colocando na LDO propostas de que elas façam execução fora do SIAFI. Essa é uma proposta que, na verdade, vai significar ou tentar dirimir essa dúvida e encerrar a polêmica. Por isso estamos colocando o tratamento desse inciso que V.Exa. pinçou e viu que havia uma diferença. Na verdade, é por esse motivo, principalmente. Todas essas entidades — SESC, SENAC, SENAI — hoje elas já executam fora do SIAFI. Nós estamos regulamentando na LDO que continuará sendo assim.

O Deputado Wilson Santiago elogia a equipe econômica nos chamando de conservadores, e eu quero agradecer o tratamento de V.Exa. Veja bem, nós tínhamos algumas dúvidas sobre como tratar essa questão das metas fiscais para este ano e para o ano que vem. Num determinado momento, chegamos à conclusão de que teríamos de fazer a alteração. E poderíamos ter feito isso, até respondi sobre o fundo soberano, utilizando o fundo soberano; ter mudado menos as metas fiscais deste ano e postergado decisões para o futuro. No entanto, achamos que seria melhor fazer a modificação da meta, como fizemos; uma modificação maior para este ano, e mantê-la inalterada para 2010. Na verdade, não aumentamos, mantivemos, porque há uma diferença de tratamento com relação à PETROBRAS, e depois quero responder ao Senador Roberto Cavalcanti. Então, estamos mantendo para 2010 a mesma meta que tínhamos para este ano, apenas reduzimos a meta para 2009. Quer dizer, fizemos esse ano e ainda temos a possibilidade de utilização do fundo soberano em 2010, caso seja necessário.

Senador Cavalcanti, é a mesma questão das previsões de crescimento. Acho que estamos de acordo. Há muito volatilidade, muita incerteza para fazermos uma previsão, uma projeção de crescimento que possa ser considerada absolutamente precisa. Como disse respondendo ao Deputado Cláudio Cajado, nós podemos até fazer uma [p10]revisão dessa projeção de crescimento para este ano. Agora, eu não duvidaria da possibilidade de saltarmos de 2% para 4,5%, inclusive porque, se tivermos um crescimento baixo neste ano, a possibilidade de o índice ser mais forte, mais parrudo em 2010 aumenta, porque a base de comparação vai ser baixa, quer dizer, vamos ter que comparar com uma base baixa neste ano. Então, certamente vamos ter um crescimento maior comparativamente. O resultado final, V.Exa. tem razão, vai ser menor do que havíamos previsto há 2 anos.

Agora, sobre essa questão das estatais, onde mudamos as metas e V.Exa. destacou que tem uma diminuição de 070 para 020, é justamente a previsão de superávit fiscal que faria a PETROBRAS para este ano e nos anos seguintes.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Temos aproximadamente 0,5 de meta para a PETROBRAS, e decidimos excluí-la da obrigação de fazer superávit. Então, ela não tem mais essa obrigação. E também as contas da PETROBRAS deixam de ser contadas dentro da nossa conta para efeito de cálculo da dívida. Isso significa que, para efeito demonstrativo, temos uma dívida maior, mas acredito que ficou mais transparente.

Então, de 070 para 020 é porque a PETROBRAS não vai ter que fazer superávit. E nós estaremos mandando, na próxima semana, um projeto de lei reduzindo o deste ano, que está 070, e queremos também reduzir para a PETROBRAS ficar dispensada já em 2009 de fazer o superávit. É por isso essa diferença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Inscrito, concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, meus cumprimentos por V.Exa. estar de volta a sua Casa. Convivi muito com V.Exa. nesta Comissão, quando V.Exa. era um bravo defensor da legalidade, da ética e da moralidade pública.

Há uma pergunta do Relator, Sr. Ministro, que perguntou a V.Exa. qual seria a visão do Governo com referência ao Tribunal de Contas nas obras consideradas irregulares e que foram suspensas. V.Exa. deu uma resposta, na minha visão, Sr. Ministro, razoável. Não daquele guerreiro, combatente dos velhos tempos, mas de um homem que hoje tem a responsabilidade de militar no Governo.

Eu diria que, para uma obra considerada com irregularidade grave, acho que a melhor solução para os interesses públicos seria, efetivamente, suspendê-la. V.Exa. se lembra do caso do Tribunal do Trabalho de São Paulo, que o Tribunal de Contas, tendo uma compreensão do problema, entendeu que a obra deveria continuar, já que os recursos que tinham sido utilizados eram grandes e a obra tinha que ser terminada. Resultado: quando veio a público o problema, o Tribunal pagou um alto preço, porque deixou a obra continuar, embora, racionalmente, talvez tenha até acertado. Lembro-me de que o Relator foi o Ministro Paulo Affonso, conhecido pelo seu caráter.

Pois bem. Acho que efetivamente a melhor solução é buscar esse entendimento que V.Exa. disse, porque seria vergonhoso se quiséssemos interferir, ou se o Governo fosse interferir para liberar uma obra que estivesse com irregularidade. Acho que o Governo não faria isso, até em respeito à sociedade. Mas eu acho que a melhor maneira que se poderia fazer, como ex-Ministro e conhecedor daquela Casa, e quando fui Ministro tive essa preocupação, seria determinar um tempo para essa liminar. Ou seja, o Tribunal teria 90 dias, a obra seria suspensa. Se fosse uma auditoria realizada, a obra seria [MSOffice11]suspensa e teria um prazo, suponhamos de 90 dias, para o Tribunal concluir a auditoria. Concluída a auditoria e constatada a irregularidade, tenho a impressão de que a obra teria, sim, que ser suspensa para se corrigir as irregularidades. Tenho a impressão de que o Tribunal não tem interesse de prejudicar o Governo, nem o País, mas o de preservar e defender o interesse público. Por isso ele representa o Congresso Nacional: defender o interesse público.

Proponho, então, à Comissão que faça sugestão ao Tribunal. Eu me disponho, inclusive com o Relator, a discutir esse problema no Tribunal e, se S.Exa. entender conveniente, com a Presidência, a fim de buscar a melhor solução para que não fique, efetivamente, uma obra suspensa, indefinidamente, por liminar, embora eu tenha impressão de que não aconteça isso.

Estou falando isso apenas para dar uma contribuição. Acho que a resposta de V.Exa. foi ética no sentido de que do que se precisa é estabelecer a forma de se conduzir isso.

Mas aproveito a presença de V.Exa. para fazer algumas perguntas. V.Exa. não acha que o Governo, nesta crise, tem dado muita ênfase ao desconto de tributos, renúncia fiscal, em vez de investir violentamente em investimentos, como fez, por exemplo, o Presidente Roosevelt, na crise dos Estados Unidos?

Outra pergunta, complementando: V.Exa. tem conhecimento de quanto está custando à Nação essa renúncia fiscal, já que está dando tanto trabalho e tanta dor de cabeça aos prefeitos com referência aos prejuízos que vêm tomando pela isenção do IPI e, conseqüentemente, diminuindo as receitas das prefeituras? No nosso entendimento, o Governo está fazendo uma grande cortesia com o chapéu alheio, pois parte desse recurso é dos municípios.

Como V.Exa. está vendo — estou aproveitando a oportunidade da presença de V.Exa., que é muito liberal — esse prejuízo que está dando a PETROBRAS à receita pública, que, segundo a imprensa noticiou, hoje, já está em 4 bilhões e 800 milhões de reais? O Governo já determinou alguma providência à PETROBRAS para recolher aos cofres públicos? Com relação a esse prejuízo, em um momento como este, de Orçamento encolhido, não seria conveniente que a PETROBRAS desse essa contribuição à Receita em vez de fazer o que está fazendo com as jogadas contábeis que permitem esse prejuízo, em momento tão crítico como esse, ao Governo?

Agradeço ao Ministro a atenção que sempre tem dado a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Ministro Paulo Bernardo; Sr. Secretário-Geral João Bernardo, minhas saudações.

Sr. Ministro, muito obrigado pela vinda. Eu o cumprimento pelo seu trabalho.

Farei rápidas indagações. Hoje, saíram algumas notícias de que o Governo estuda mexer na remuneração dos fundos de renda fixa, e não mais na poupança. Primeira indagação: o Governo tomou juízo e não vai mexer na remuneração da poupança?

A segunda indagação é a respeito das notícias que saíram, este final de semana, sobre a PETROBRAS. Ela começou o ano fazendo o cálculo de lucro de uma maneira e mudou ao final. Essa maquiagem refletiu nas transferências constitucionais, gerando prejuízo aos Estados. Qual é, realmente, a medida efetiva que o Governo está cobrando sobre a mudança da PETROBRAS nesse sentido?

Por último, lembrar a V.Exa., o que é um anseio muito grande da Casa a questão do SIEST — Sistema de Informação das Estatais — a ser disponibilizado para o Poder Legislativo. No caso do SIGPLAN e SIEST, em que tempo será possível transpor o acesso e as transparências concedidas aos gastos públicos federais pelo SIAFI.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Sr. Ministro, que responderá, inicialmente, ao nobre Deputado Humberto Souto e em seguida ao Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado.

Nobre Deputado Humberto Souto, acho que V.Exa., de fato, deu um exemplo simbólico. Lembro-me de que aquele caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo foi objeto aqui de batalhas que se estenderam por cerca de 3 anos. Não foram contínuas, mas todo ano voltava e todo ano havia uma briga enorme aqui por conta de denúncias gravíssimas de irregularidades, superfaturamento, etc.

É difícil declarar — V.Exa. faz uma avaliação, mas não é taxativo — se o Tribunal acertou ou não. Mas, de qualquer forma, acho que concordamos com uma questão: se a obra tem irregularidades, têm de ser verificadas. Se uma obra, por exemplo, que foi licitada estiver ainda no início, acho que não há nenhum prejuízo paralisar e mandar analisar tudo, como acontece quase sempre. Agora, se essa obra já estiver pela metade, se estabelece uma dúvida, que precisa ser melhor explorada.

Acho que a grande questão que esta Comissão e o Congresso têm de resolver são as irregularidades graves.

No caso da obra do TRT de São Paulo, hoje todo mundo concorda que as irregularidade foram graves. Mas naquela época — V.Exa. sabe disso — uma grande parcela dos Parlamentares achava que não eram e outros achavam que nem havia.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sem nenhum debate, só para dizer que naquela época, Sr. Ministro, eu, já no Tribunal, entendi que a obra tinha de ser paralisada e votei pela paralisação, porque havia essas evidências abordadas por V.Exa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Agora, acho que estamos de acordo em duas coisas: primeiro, é preciso definir claramente se aquela irregularidade grave justifica paralisar a obra. E aí é preciso paralisar mesmo; segundo, é preciso haver um prazo. Se a obra está em andamento, quando ela será concluída, se os indícios de irregularidade se confirmarem? Porque se se confirmarem, as providências terão de ser iguais às do caso do TRT: processos, prisões, responsabilizações. Se houve indícios, mas não foram confirmados, na verdade, houve erros que têm de ser corrigidos; evidentemente, resolvem-se os problemas e prossegue-se a execução. Acho que esse deve ser o tratamento.

Com relação à crise, Deputado Humberto Souto, primeiro, também achamos que uma das alternativas é aumentar investimentos. Além de mantermos todos os investimentos do PAC, nós os aumentamos através do programa de habitação, que lançamos há praticamente 2 meses.

Quanto à questão dos tributos, temos uma visão um pouco diferente. Não queremos fazer cortesia com o chapéu dos municípios. Na verdade, se não tivéssemos reduzido o IPI para automóveis no final do ano, valendo por um trimestre, com certeza — posso lhe garantir —, a receita teria sido muito pior, teria caído mais ainda. O fato de termos reduzido o IPI revigorou as vendas, melhorou o mercado. Mesmo sendo um imposto menor, foi arrecadado. As vendas bateram recorde. Isso vale para outras áreas. Por exemplo, diminuimos vários impostos para a construção civil. No período de 2005 para cá, quando iniciamos a política de redução, observamos que a receita só aumentou. A construção civil, este ano, já dobrou em relação ao ano passado. [P12] Aliás, já dobrou. No primeiro quadrimestre, houve 104% a mais de financiamento em relação a 2008, quer dizer, houve um crescendo creio que resultante das políticas utilizadas, inclusive, de diminuição de impostos.

O FPM perde com a redução do IPI, é verdade. Mas o FPM teve aumentos expressivos todos esses anos. Ano passado, cresceu nominalmente 27,5%! Cresceu 27,5%, e, com a inflação de 5,6%, significou um aumento real de mais de 20%. Mas acho que temos de ter cuidado, porque, quando o Governo mexe, prejudica a receita dos municípios, e, no



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

momento em que a receita já está em queda... Mas avaliamos como medir. Penso que teremos um aumento da receita que beneficiará também, na frente, Estados e municípios por conta do aumento da atividade econômica.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Ministro, quero só lembrar que, em relação aos municípios, já votamos aqui aquele 1 bilhão de reais para não...

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Foi votado semana passada.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Exatamente, para não perder em relação ao ano passado.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Aliás, quero aproveitar para dizer, Deputado Jilmar Tatto, o que relatou o Deputado Darcísio Perondi que estava aqui há pouco, que havíamos assumido o compromisso de sancionar imediatamente. Acho que pedimos 5 dias úteis para sancionar, prazo que vamos procurar cumprir para, imediatamente, na sequência, fazermos a transferência dos recursos para os municípios. Inclusive, temos de enviar a medida provisória, mas esta não precisará ser aprovada. Vamos enviá-la hoje ou amanhã para termos condição de cumprir aquele acordo firmado com os líderes partidários.

Com relação à PETROBRAS, Deputado Humberto Souto, pergunta que é também do Deputado Rodrigo de Castro, pelo que pude entender, há uma discussão, pública até, sobre se a PETROBRAS poderia ter mudado sua opção de regime tributário. Foi o que ela fez; não fez maquiagem contábil, não mexeu nos seus balanços. Ela tinha uma opção. As empresas podem optar por 2 tipos de modelo tributário, isso é facultado. O problema é se ela pode mudar isso no meio do ano. Ouvi notícia hoje da Secretária da Receita, não conversei pessoalmente com ela, de que no meio do ano não é possível fazer essa mudança. Se isso for verdade, evidentemente a PETROBRAS será penalizada, será multada e terá de fazer o recolhimento dos tributos com aquelas multas módicas que a Receita costuma cobrar.

Isso me leva, inclusive, a fazer uma defesa dizendo que, se não o podia, ela teria de ser sancionada, e isso tem de valer até para outras empresas que têm feito esse tipo de alteração. Tem de valer para todo mundo. Estou falando isso porque não conversei pessoalmente com o Presidente da PETROBRAS nem com a Secretária da Receita. Mas se, ao contrário, a PETROBRAS podia fazê-lo, então, ela usou uma faculdade que a lei lhe concede. Portanto, não há o que ser sancionado. Essa é a minha visão. É preciso ficar claro o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Ministro, gostaria de aproveitar essa pergunta sobre a transferência de recursos para os municípios, que neste momento estão atravessando tantas dificuldades, para fazer um apelo a V.Exa. Hoje, a Caixa Econômica Federal está incumbida de fazer toda a contratação com os municípios. Em Minas Gerais, está uma calamidade. Os Prefeitos estão perdendo todos os recursos porque a Caixa diz não ter estrutura nem interesse. Certo é que os projetos não são analisados, os convênios estão caducando e os recursos estão sendo devolvidos ao Governo.

Peço a V.Exa. que, neste momento tão difícil para os municípios, tomasse conhecimento desse problema que está acontecendo do relacionamento da Superintendência da Caixa Econômica com os prefeitos em Minas Gerais.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Perfeitamente, Deputado Humberto Souto. Assim que sair daqui, vou ligar para a Presidenta da Caixa, vou relatar o questionamento e o pedido feitos por V.Exa. e tenho certeza de que ela vai ligar para V.Exa. para esclarecer e ver o que precisa ser feito para agilizar o trabalho.

Seguindo, o Deputado Rodrigo de Castro havia perguntado sobre a questão da PETROBRAS, que respondi, mas há outras questões. Com relação ao SIEST, já temos senha para o SIEST na Comissão e estamos fazendo as últimas adaptações

[p13]Para, ainda este ano, fornecer senha para todos os Parlamentares que quiserem, a exemplo do que acontece com o SIAFI. Portanto, recebo a cobrança e vamos agilizar esse procedimento.

Com relação à mudança no sistema de poupança, mudança nos fundos de investimentos, o Deputado até faz uma provocação sobre se o Governo criou juízo. Eu, evidentemente, não vou entrar nessa provocação. Quero dizer que nós consideramos a poupança um instrumento sagrado de proteção da economia popular.

O Presidente Lula não iria permitir qualquer prejuízo para as pessoas que depositam o seu dinheiro na poupança. Devemos encontrar uma solução para uma ameaça real que se coloca: a possibilidade de grandes investidores, inclusive em caráter especulativo, quererem se aproveitar do mínimo de juros garantidos da poupança para depositar dinheiro e tirar proveito disso.

Sempre brinco que, com a evolução das coisas, poderá o George Soros, que já se autodefiniu como especulador, fazer uma caderneta de poupança e depositar uns 20 bilhões de dólares e dizer que está com o seu dinheiro protegido no Brasil.

A poupança não é para isso. Vamos encontrar uma saída que possibilite, institucionalmente, que continuemos a baixar a taxa de juros.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Ministro, não se correria o risco de proteger os grandes bancos, que cobram *spreads* absurdos e, por esta razão, os investimentos ficarem piores do que a poupança e criar-se o medo de



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que esses investimentos acabariam correndo para a poupança? Não seria o caso de o Governo policiar esses *spreads* excessivos para que os fundos possam vir a competir com a poupança?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Essa é a discussão, Deputado Humberto Souto, porque os grandes bancos privados também podem resolver colocar o seu dinheiro na poupança, simplesmente, e isso causar, entre eles, dificuldade na rolagem da dívida federal.

Acho que encontraremos uma saída transparente e que, definitivamente, não cause prejuízos aos poupadores. Isso não será feito da noite para o dia. Não vamos tomar uma medida em que o cidadão durma com o dinheiro na poupança e acorde sem ele.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - O Deputado Rodrigo de Castro tem razão. Quer dizer, o Governo tomou juízo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O Governo tem muito juízo, Deputado Humberto Souto. O Brasil, hoje, não é respeitado no mundo afora à toa. Isso é acúmulo do que fizemos durante esse período. Acho que estamos com o café no bule para demonstrar isso nos próximos períodos.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Ministro, eu sei que o Governo tem juízo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, peço permissão a V.Exas. para emitir um brevíssimo comentário, por achar pertinente a meu juízo, evidente, acerca da questão discutida há pouco, inclusive pelo nobre Deputado Humberto Souto, quanto à paralisação das obras consideradas irregulares.

Em primeiro lugar, apenas para colocar a questão nos seus devidos termos, salvo mediante liminar do próprio TCU, e a critério do órgão, ela poderá ser paralisada ou não. Mas, na verdade, a paralisação da obra é uma determinação do Congresso Nacional, por esta Comissão, em decisão terminativa, podendo ir a Plenário mediante recurso. Ou seja, o Tribunal de Contas da União, mediante auditoria, fiscalizações, etc., encaminha os avisos e demonstra [P14] a conveniência da paralisação ou não da obra.

Dito isso, no mérito, sabemos que uma obra irregular já é um prejuízo enorme para o contribuinte, sobretudo quando a irregularidade não é de ordem apenas formal, mas sobretudo material: superfaturamento, desvios, etc.

Então, o contribuinte e a população já são penalizados. Evidente que nós precisamos tomar decisões nesta Comissão, independentemente de nova legislação ou de alteração, para que a paralisação de uma obra se dê no menor espaço de tempo possível. Porque, caso contrário, os contribuintes, a população, sobretudo aquela a quem a obra diretamente interessa, estará sendo penalizada 2 vezes. Não apenas pela desmobilização do canteiro de obras, etc., para uma próxima mobilização, mas também, e sobretudo, pela não conclusão da obra. Se ela existe, é porque é útil, necessária, prioritária para os contribuintes, para a população.

Então, concluindo, entendo que devemos nos aparelhar o suficiente para, determinada a paralisação da obra, estabelecermos a regularização formal, material, punirmos os responsáveis dentro das normas legais e pelas instâncias competentes, mas, ao mesmo tempo, retomar o início da obra para que não seja ampliado o prejuízo à população.

Acho que essa deve ser exatamente a nossa preocupação.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - V.Exa. está corretíssimo. O Tribunal, ao penalizar, já fez uma auditoria, mas não concluiu. Quem faz isso são os técnicos. Os Ministros não têm conhecimento até aí. Então, chega ao Ministro uma proposta dos técnicos de que as obras devem ser suspensas até que se conclua aquele processo. O Ministro, cautelarmente, a suspende para que se faça esse exame. Eu acho que, nesse período, o Tribunal pode entrar em entendimento para que esta instituição remeta para a Comissão. E a Comissão, se quiser, como V.Exa. está dizendo, assume a responsabilidade de mandar continuar uma obra que está cheia de irregularidades. Ou então, pondere ao Tribunal para que seja mais rápido e que a obra possa ser retomada.

O entendimento do Presidente desta Comissão com o Presidente do Tribunal, que é um homem desta Casa também, que conhece a realidade, pode solucionar o problema sem que estejamos, aparentemente ou não, beneficiando corruptos ou obras irregulares, que, se forem paralisadas, já estarão no prejuízo.

A providência do Tribunal é correta, é boa para o País, mas é preciso realmente que haja um entendimento da Comissão para que seja concluído esse processo rapidamente e o prejuízo não se dê, e que possa ser corrigido.

Na qualidade de Ministro, corrigi muitas obras, das quais foram chamadas as partes e ditas as realidades. Eles fizeram aditivos, acabaram com o superfaturamento, etc., e a obra pode continuar.

Após tudo ser conversado, pode-se encontrar perfeitamente uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado, a segunda e última alternativa que V.Exa. aborda, a meu ver, é exatamente a correta, a plausível, a que deve ser, evidentemente, executada de forma imediata.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra, que, aliás, é o próximo inscrito.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, como o Ministro tem um horário, e para que todos os Parlamentares que ainda estão inscritos possam falar, que possamos reduzir — e já vou começar por mim mesmo — o tempo das intervenções, para que depois o Ministro possa responder.[P15] Isso irá permitir que todos os Parlamentares possam falar.

Sr. Ministro, quero saudá-lo.

Uma questão que V.Exa. coloca na LDO, vamos ter que resolvê-la entre nós. Não poderia colocar aqui a obrigatoriedade de — como consta no art. 17, § 4º — realizarmos audiências públicas. Isso ficou em aberto. Tenho certeza de que o Relator vai abordar essa questão, tornando obrigatórias as audiências públicas para que de fato a população e as entidades possam discutir abertamente. Esse é um processo em que há avanços e o qual vamos consolidar — mais para nós do que propriamente para o Ministro, mas saúdo o Ministro por ter aberto esse processo.

Quanto à revisão, Ministro, haverá uma alteração, e o próprio Banco Central sinalizou que a Taxa SELIC vai chegar a 9,25% este ano. Então, não faz muito sentido aumentarmos a previsão para 10,21% para o ano que vem já que o próprio Banco Central disse que vai ser 9,25%. Dessa forma, solicitaria que, nesse processo de revisão que logicamente será feito — a própria Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição estabelecem uma revisão agora no dia 20 de maio —, houvesse uma reavaliação desses dados, porque é importante a redução da Taxa SELIC.

Finalmente, quanto ao momento da execução orçamentária, cobramos apenas o seu planejamento. Só que o Ministério do Planejamento, quando faz o decreto de contingenciamento, já estabelece os percentuais que cada Ministério poderá gastar. E os Ministérios, na verdade, não vêm aqui debater sobre o que estão executando. Todos falam no contingenciamento, mas ninguém fala do que foi liberado. Olham apenas os cortes e esquecem do que já foi liberado, por exemplo, para os Ministérios da Saúde, dos Transportes, das Cidades. São vários milhões e até alguns bilhões a serem investidos. Discute-se apenas aquilo, mas não o que já recebeu ou como se está gastando. É preciso mudar isso.

Quero saber se o Ministério do Planejamento não faz restrições, já que é de lá o planejamento global, quanto ao debate no quadrimestre ser realizado com cada Ministério e com a comissão temática.

É justo que os Ministérios venham reclamar conosco que temos de cobrar do Planejamento para liberar mais contingenciamento. Mas também é justo que venham aqui nos dizer como estão gastando aquilo que já foi liberado. Se houve corte de 20%, 80% foram liberados. Como está a execução desses 80% que foram liberados?

Pretendo fazer uma emenda para introduzir esse procedimento na LDO.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de dizer que a nossa Lei de Diretrizes Orçamentária, dentro do caráter anticíclico que sempre foi defendido pelo Ministro Mantega, aponta para a redução do superávit no sentido de que, neste momento de crise, o País possa fazer mais investimentos e manter a economia aquecida.

Nós temos uma ação positiva, também, na retirada do superávit da PETROBRAS e, possivelmente, no futuro, da ELETROBRAS e de outras empresas que precisam investir com os recursos que produzem e gerar novas riquezas para o País. É uma ação extremamente positiva no sentido de que tenhamos, na visão do Governo, a ação de promover o crescimento.

O fundo soberano, que discutimos muito no ano passado, e a redução do superávit, agora, mostram essa disposição do Governo de, quando necessário, ser o elemento que produz a manutenção do aquecimento da economia, na medida do possível, juntamente com outras ações de desoneração fiscal, especialmente de materiais de construção, para produzir um milhão de casas — e um milhão de casas mais baratas, o que é mais importante.

Quanto a essa questão do TCU, gostaria de dizer que o [p16][MSOffice17]TCU, de forma bastante equivocada na minha visão, tem mandado alterar preços de contratos em vigor. Ele chega à conclusão de que o preço de determinado item da obra está alto e então manda alterar o preço no contrato vigente, feito por licitação de preço global. Quando se faz licitação de preço global, alguns preços são maiores e outros menores — importa que o preço do conjunto da obra é o menor preço.

Acho que nós temos de rever essa questão, porque o TCU tem realmente interferido muito em contratos já licitados. Se a licitação está errada, anula-se a licitação. Não se pode é alterar uma licitação, porque, nesse caso, ele está reconhecendo que está errado, mas continua mantendo o contrato.

A paralisação das obras também causa muito prejuízo ao Erário. Uma obra parada, que não está nem produzindo resultados, tem o custo de manutenção do tempo em que está parada. Sobre isso eu faço também a minha ressalva, porque nós aqui do Congresso Nacional é que temos o poder. O Tribunal é nosso órgão assessor, e muitas vezes age



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

como um poder independente e faz das suas ações resultados que muitas vezes afetam os interesses do Governo e do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, estou vendo aqui nas mesas várias notas técnicas do INESC. Eu fui autor daquela Resolução nº 1 que trata da tramitação de matérias orçamentárias. Certa vez o INESC foi à minha sala solicitar uma audiência para discutir a possibilidade de eles apresentarem emendas ao Orçamento, as instituições da sociedade organizada. Eu vejo aqui uma análise, na qual eles começam assim: *A LDO, para 2010, reforça a política econômica cruel e nefasta ao País*. Lembro aqui a mesma coisa que eu disse a eles na minha sala. Vejam quem patrocina o INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos: ActionAid, Charles Stewart Mott Foundation, Christian Aid, EED, Fastenopher, Fundação Avina, Fundação Ford, IBP, Fundação Heinrich Böll, KNH, Norwegian Church Aid, OxfamNovib e Oxfam GB. Com licença da pergunta, Sr. Presidente, o que eles estão querendo com o nosso Orçamento? Eu perguntei isso a eles, mas não souberam responder, quando foram me pedir que pudessem apresentar emendas ao Orçamento da União. Agora ficam fazendo nota técnica em que criticam a Lei de Diretrizes Orçamentárias, patrocinados por esses colegas estrangeiros que vêm aqui discutir o Orçamento da União.

Acho que precisamos rever isso, Sr. Presidente. É preciso avaliar o acesso dessas pessoas para fazer *lobby* aqui dentro, não sei em nome de quem. Já falei isso pessoalmente a eles, e penso que não é adequado realmente. Com esse nome simpático, Instituto de Estudos Socioeconômicos, quem é que pensa que todo esse pessoal é ONG estrangeira? Já chega o estrago que eles fazem aqui, provocando na nossa legislação exigência de normas ambientais que eles nunca respeitaram nos seus países de origem, para encarecer o nosso produto, a fim de que não consigamos competir com eles. Não se trata de preservar nada, não; isso é conversa fiada, Presidente. Eles vêm aqui exigir conservação no Brasil para nos imputar custos maiores, a fim de que não consigamos competir de forma tão eficiente com eles.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que determine uma averiguação de quem são essas instituições, de quais são os seus interesses, para que possamos saber quem tem acesso ao plenário para ficar distribuindo notas técnicas, com as quais, em tese, querem formar opinião nos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente — peço desculpas; posso, Deputado Eduardo Valverde? —, fiz tudo para chegar a tempo, mas não consegui. Agora o Presidente Michel Temer sentou à mesa e eu, como sou Relatora da Medida Provisória [p18]nº 457, de 2009, tenho que estar no plenário. Eu só quero parabenizar o Ministro, que considero o mais competente Ministro do Brasil, e toda a sua equipe, ao lado do João, sempre solícito com a classe política. Parabéns! Depois mando uma carta a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, antes de indagar o Ministro Paulo Bernardo, apesar de ter uma consideração muito grande pelo Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo na Câmara Federal, eu não poderia deixar de discordar da sua posição no tocante ao INESC, entidade não-governamental de extrema seriedade, que produz estudos que até nos embasam aqui no Congresso Nacional, para que tenhamos um posicionamento muito mais pluralista e também com muito mais técnica, até porque são formados especialistas em diversas áreas. E, na área orçamentária, eles têm, junto com a ABONG, se esmerado em nos dar contribuições muito importantes. A cada ano, boa parte das emendas que apresento à Lei de Diretrizes Orçamentárias ou à Lei Orçamentária Anual é oriunda da ABONG ou do INESC, entendendo que há consulta à sociedade, compreensão da sociedade. Faz muito bem ao Congresso Nacional ter essa sintonia. Obviamente que o contato direto sempre é muito bom, mas o contato indireto com instituições que expressam um pensamento diferenciado da sociedade também é interessante para que o Congresso possa ser muito mais pluralista e muito mais consentâneo com a sua posição.

Analisando a LDO, eu quero dar os parabéns ao Governo no tocante à sua ousadia em relação ao superávit primário. Nesse caso tenho uma divergência pontual com o INESC. Trata-se de uma aposta no sucesso das políticas tomadas este ano, pressupondo que no ano que vem o País estará crescendo, diferentemente de alguns países que estão tomando medidas anticíclicas, porque já preveem que no ano de 2010 haverá um longo período de economia recessiva. Certamente, de acordo com as condições de cada país, a medida anticíclica é necessária, mas no caso brasileiro, onde os indicadores já apontam uma retomada do crescimento econômico, certamente há normalidade orçamentária, há normalidade do rigor fiscal, porque um dos entraves que o Brasil acumulou durante muito tempo é o elevado endividamento, e o elevado endividamento acaba atrapalhando toda a política macroeconômica. Então, esse rigor, essa responsabilidade é necessária, porque, graças a essa responsabilidade fiscal, o Brasil conseguiu superar dificuldades e transitar com maior serenidade nesse período de agruras internacionais. Ela não é confortável, mas é necessária. Essa é a análise que eu faço no tocante ao aumento do superávit primário.

Eu aponto um item importante, a possibilidade de transferência de recursos da União a título de auxílio e de subvenções. Há 2 tipos de entidades que entendo como muito importantes. Um deles é entidade ou cooperativa que lidam



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

com material reciclável. Hoje é um grande problema nas metrópoles o que fazer com o lixo. Em grandes metrópoles e até mesmo em cidades de médio porte, populações que muitas vezes fazem do lixo uma forma de ter uma renda, além de prestar um serviço público razoável, porque retiram das ruas aquilo que iria entupir as galerias, o que, em caso de enchente, provoca o transbordamento de galerias, de riachos — elas fazem esse trabalho de limpeza —, possibilitam a reutilização desse material, que, em vez de lixo, passa a ser matéria-prima para outros produtos. Então, o fortalecimento dessas entidades é muito importante para o meio ambiente e para a utilização dos resíduos sólidos. O outro tipo de entidade é voltado ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza, considerando que, sozinho, o Estado é insuficiente para articular toda uma rede de proteção social. Principalmente em momento de baixo dinamismo econômico, quanto mais afiada a rede, quanto mais radicalizada a rede, maior é o alcance social[P19] das ações de Governo.

Então, essa proteção está sendo dada, evidentemente com toda a cautela que se deve ter, para evitar que entidades pilantrópicas possam acessar dinheiro público — e estamos aqui já com uma cautela maior.

Concluo, Sr. Ministro, dizendo que, apesar de entender que o Tribunal de Contas da União faz um trabalho relevante no controle e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, o Congresso não pode deixar de exercer seu papel fiscalizador.

Faço parte da Comissão já faz algum tempo, com exceção do ano passado. A Resolução nº 1 instituiu o Comitê de Obras Irregulares, um dos principais instrumentos que tem o Congresso Nacional para exercer o seu papel fiscalizatório, trazendo para si a responsabilidade de exercer esse papel, dividindo com o TCU essa responsabilidade, porque, na verdade, ficamos muito tempo a reboque do TCU. Não estou dizendo que devemos desmerecer o papel relevante do TCU, mas a competência constitucional de exercer o papel fiscalizatório, com o auxílio do TCU, é do Congresso Nacional. Fazemos isso muito pouco. Creio que se fortalece, Sr. Presidente, a Comissão Mista de Orçamento potencializando o Comitê de Obras Irregulares. Ele tem feito um trabalho relevante até para mensurar aquilo que, nos relatórios encaminhados pelo Congresso Nacional, à luz das informações que são prestadas pelos órgãos investigados, auditados, e faz, nessa dupla visão, aquilo que o corpo técnico estabelece e aquilo que a sociedade exige. Esse é o papel político do Congresso Nacional e também o papel fiscalizatório, em que o suporte maior, o Comitê de Obras Irregulares, seria necessário neste ano.

Já é o terceiro ano que o Comitê vai trabalhar, mas no primeiro ano, quando tive a honra de presidi-lo, foi com muita dificuldade que exercemos o nosso trabalho, porque a estrutura dada pela CMO é insuficiente para exercer esse papel fiscalizatório. Esperamos que este ano o Comitê tenha a estrutura necessária para exercer esse papel.

Essas são as considerações que faço a V.Exa. e a pergunta que deixo ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Comunico a V.Exas. que a luz amarela piscando me indica que o Plenário da Câmara dos Deputados já está em sessão deliberativa. Nós não estamos em sessão deliberativa, mas peço que haja brevidade no uso da palavra por V.Exas.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Sr. Ministro Paulo Bernardo, Sr. Presidente, Sr. Relator, quero apenas fazer uma colocação: o Governo determinou que a partir de 2007 nenhum convênio de repasse às Prefeituras e às entidades fosse menor do que 100 mil reais, e isso vem causando muitos problemas às entidades e às Prefeituras. Podemos até entender que no investimento seria até certo ponto aceitável, e até no dia hoje, do anúncio de abertura maior de atendimento às entidades, mas nunca no custeio.

V.Exa. sabe muito bem do caso, no Paraná, das APAEs, das Santas Casas e de outras entidades menores. Muitas vezes 20 mil reais de custeio para uma APAE é o suficiente para ela atender quase o ano todo as crianças especiais que ali estão. Outro exemplo: para uma entidade que vai fazer uma feira de produtos da agricultura familiar, também 20, 30, 40 mil reais seriam suficientes. Com isso, elas estão impedidas.

O anúncio do Governo agora na abertura, por exemplo, dos catadores de papel, é mais um ponto de referência para dar atendimento, porque 100 mil reais para uma associação de catadores de papel, para custeio, para atendimento, melhorar a atenção, é praticamente impossível e torna até muito oneroso, vamos dizer assim, para o Governo.

E quanto mais aqui: agora, também no investimento, é permitida a readequação, por exemplo, do espaço, numa construção, para colocar, por exemplo, os equipamentos. Agora, nem o investimento [P20] serve mais, já é um prejuízo para a entidade e para o investimento. É por isso que eu gostaria que o Governo, principalmente o Ministério do Planejamento, analisasse isso, para que pudesse ser como era antes, porque, sem dúvida nenhuma, 15 mil reais, 20 mil reais, para uma APAE, principalmente no custeio, é muito importante. É impossível uma entidade pequena, como a APAE, fazer um projeto de custeio de 100 mil reais. Ai, sem dúvida nenhuma, além de causar prejuízo ao Governo, existe dificuldade de a entidade apresentar algum projeto para receber benefícios do Governo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, eu gostaria que o Ministério analisasse a questão com carinho, para que fosse possível novamente repassar recursos com valores inferiores a 100 mil reais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Narcio Rodrigues.

Logo a seguir, concederei a palavra ao Sr. Ministro, para responder a essa série de Deputados.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Paulo Bernardo — é bom vê-lo de volta a esta Casa, que é sua, aliás, esta Comissão, em especial, onde convivemos por tanto tempo —, caro Secretário Executivo João Bernardo, estamos já com a Ordem do Dia iniciada no plenário, e eu vou ser muito objetivo, Ministro, levantando 2 questionamentos para que V.Exa. possa se posicionar.

O primeiro deles diz respeito à questão do superávit primário. A meta estabelecida e sinalizada pela LDO prevê uma redução do superávit primário e o que se estima é que ele será equivalente a 3,3% do PIB, sendo 2,15% para os orçamentos fiscal e da Seguridade Social, 0,2% para o Programa de Dispêndios Globais.

O que nos chama a atenção é que para os Estados, Distrito Federal e Municípios o superávit previsto permanece em 100 anos anteriores. A pergunta que eu faço, Ministro, é se o Governo, no momento de muita crise que se abate sobre os Municípios e os Estados, ao decidir reduzir o superávit do orçamento fiscal, não deveria também ter promovido a redução para os Estados e Municípios como forma de permitir que eles também pudessem fazer o enfrentamento da crise em condições melhores. Imagino que o Governo, ao adotar a medida de fazer a redução do superávit e não estender o benefício aos Estados e Municípios, naturalmente trata a questão com 2 pesos e 2 medidas. Eu gostaria de ouvir a sua posição a respeito disso.

A outra questão V.Exa. conhece mais do que todos nós, mas, como conviveu nesta Comissão com esse problema, quero chamar a atenção de V.Exa.: diz respeito ao repasse dos recursos aos Estados exportadores, o ressarcimento da Lei Kandir.

Todos os anos há uma novela na votação do Orçamento Geral da União aqui, e o impasse que se cria é em torno da definição da estratégia para atendimento da necessidade dos grandes Estados, dos Estados exportadores a serem atendidos com a Lei Kandir.

No PLN nº 12, que chegou à Casa, o Governo reconhece que em 2008 consolidou um superávit de 28 bilhões e, quando nós votamos em 2007 a questão da Lei Kandir, o que se estabeleceu foi que o primeiro repasse a ser feito, fruto do superávit, seria destinado ao ressarcimento da Lei Kandir. O Governo já enviou 15 bilhões de reais em créditos para a Casa, e não fez o repasse de nem um centavo para os Estados.

Antes de começar a votação da LDO, eu gostaria que equacionássemos uma questão que remete a 2007 e que se consolidou em 2008, como forma, inclusive, de cumprirmos aqui um acordo que foi cancelado, avalizado pela Comissão Mista de Orçamento e, naturalmente, pelo Congresso [p21] Nacional, na certeza de que isso seria cumprido.

Deixo essas duas questões para V.Exa.

, cum, CCCucCAgradeço-lhe a oportunidade de estarmos juntos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Concluindo a lista de oradores inscritos — o Ministro precisará sair, pois deverá fazer uma viagem ao exterior —, concedo a palavra ao nobre Deputado Valtênir Pereira.

Logo a seguir, passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Saúdo o Senador Almeida Lima, Presidente da Comissão Mista de Orçamento; o Ministro Paulo Bernardo; o Deputado Wellington Roberto, Relator da LDO 2010. Saúdo também o João Bernardo, Secretário-Executivo, e toda a equipe do Ministério do Planejamento.

Eu quero deixar registrado aqui que juízo este Governo sempre teve, e desde o início, em 2002, 2003, quando o Brasil estava com o risco lá fora em 1.800 pontos e todos os dias ouvíamos falar em aumento do Risco Brasil. Sete anos depois, essa notícia nem existe mais nos telejornais. Na ocasião em que o Presidente Lula assumiu o Governo, o dólar batia na casa dos 4 reais. Hoje, o dólar está sob controle. Tudo isso mostra a política séria com que o Governo Lula vem tratando a coisa pública.

Quero também, Ministro Paulo Bernardo, falar um pouco do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI. Agora no ano de 2009, o programa sofreu um corte drástico; houve reposição, mas ainda não está sendo suficiente para atender um programa dessa dimensão e importância. Nesta oportunidade, quero pedir ao Ministério do Planejamento que volte os olhos para esse programa, ajudando a fazer a reposição dos valores.

Em Mato Grosso, temos uma fronteira seca de 700 quilômetros. Carros roubados são levados do Brasil — não só de Mato Grosso, mas também de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, do Estado de Goiás —, para a Bolívia, onde são trocados por armas e drogas, que vêm para o Brasil, aumentando o índice de violência.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Precisamos de um olhar carinhoso para o PRONASCI, para que possamos fazer os investimentos necessários. Esses investimentos, na fronteira de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, com toda certeza vão ajudar no combate à violência nos grandes centros.

Eu também quero aproveitar para falar da questão habitacional. Há 2 meses, o Presidente Lula lançou o programa Minha Casa, Minha Vida, adstrito aos Municípios acima de 50 mil habitantes. Estamos trabalhando para que esse programa seja aberto para todos os municípios, independente da quantidade de habitantes, até porque os municípios menores são os que mais precisam de apoio do Governo Federal, do Governo Estadual.

Há um programa importantíssimo que produz habitação de interesse social, o Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social — PSH, que disponibiliza um determinado valor para as cooperativas e outras instituições de crédito imobiliário captarem esse dinheiro e devolvê-lo em construção de moradias populares. Em Mato Grosso, acessamos esse programa recentemente e estamos construindo 3.600 unidades. Começamos agora em janeiro a dialogar com os bancos porque o leilão foi apresentado em 17 de dezembro de 2008, e já estamos com programação para no mês de julho iniciarmos as obras. Estamos na fase final de apresentação de documentação dos beneficiários, das Prefeituras. Hoje, assinamos o convênio de 768 unidades com 13 Municípios da Baixada Cuiabana, municípios que têm menos de 20 mil habitantes. Isso mostra a importância desse programa, que precisamos fazer avançar. Precisamos do apoio do Ministério do Planejamento para conseguir avançar nessa direção.

Quero deixar isso registrado e pedir o apoio do Ministério do Planejamento para que, junto com esta [p22]Comissão, possamos avançar rumo à construção de moradias de interesse social. Esse programa permite a construção de casas pulverizadas; não precisa ser conjunto habitacional, o que facilita a construção e o custo da obra.

Aproveito ainda para parabenizar a política de apoio à reciclagem e reaproveitamento do lixo. É a alternativa que nós temos hoje. Aquela questão do lixão, daquele local para depósito do lixo, para que ele ali se decomponha, isso já está ultrapassado. Hoje, é a reciclagem que funciona, e precisamos investir, incentivar. Está de parabéns o Ministério do Planejamento pela preocupação com o reaproveitamento do lixo, fazendo do lixo matéria-prima para a geração de emprego, renda e proteção do meio ambiente.

Deixo registradas essas nossas manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Sr. Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. tem a palavra para as respostas devidas e também para as despedidas, já que encerramos a nossa lista de oradores.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Muito obrigado.

Foram várias questões e vou passar tão rapidamente quanto possível.

O Deputado Gilmar Machado colocou a questão das audiências setoriais. Quero dizer que acho muito simpática a idéia, não porque nos desobrigue de vir aqui, mas porque certamente o debate setorial com os Ministros da área é importante.

Por exemplo, discutir a questão do PRONASCI ou do programa habitacional com o Ministro da área, com certeza, é muito mais proveitoso. Não colocamos, Deputado Gilmar, na proposta da LDO, a obrigatoriedade de fazer audiência pública por um motivo muito óbvio: porque quem pode dizer se é obrigatório ou não é o Congresso Nacional. O Executivo não pode dizer que obrigatoriamente, o Congresso tem de fazer.

Quanto à questão da SELIC, na verdade o que pusemos foi o valor médio previsto pelo próprio Banco Central. O valor 9,25% é para o fim do ano, mas é bem possível que mude. Nós não fazemos projeção de SELIC; nós aproveitamos a que o Banco Central coloca.

O Deputado Nelson Meurer levantou a importante questão dos convênios. Deputado, nós colocamos o limite de 100 mil reais porque, na avaliação que fizemos, o custo para analisar projeto, trabalhar assinatura, avaliar do ponto de vista jurídico, ver documentação, administrar o convênio, receber prestação de conta, é dessa ordem. É mais ou menos 100 mil reais. Então, fazer-se convênios com valores inferiores a isso é desestimular inclusive a fiscalização, porque fica muito difícil fazer o controle. Agora, entendendo da mesma forma que V.Exa., o Governo deixou facultativo às entidades: uma APAE, ou uma outra qualquer. No caso dessas entidades, o limite é facultativo e não obrigatório. Então, é possível convênio com valores menores para repasse a entidades. Seria, de fato, um desperdício se a entidade precisasse de 20 mil e só pudesse passar se fossem 100 mil. Não pusemos isso dessa forma. É obrigatório no caso de convênios com entes federativos, que podem inclusive fazer um convênio de 100 ou de 150 mil e repassar para entidades em valores menores. Pode-se fazer o entendimento.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Ministro, o Ministério de Desenvolvimento Social então tem que saber dessa determinação.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Mas sabe.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER - Porque é bem claro que ele não aceita convênios de custeio de entidades com menos de 100 mil reais.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Podemos esclarecer, Deputado, porque de fato é uma questão operacional. Mas é importante, tem de ficar clara.

Por exemplo, podemos fazer um convênio com Municípios, para atender várias entidades, com valor acima de 100 mil. Mas se precisarmos fazer com uma determinada entidade, a regulamentação já permite, entendendo da mesma forma que V.Exa. colocou.

O Deputado Narcio colocou 2 questões. Uma, é a questão da meta. O que nós fizemos para a meta? Neste ano, nós reduzimos mesmo e também reduzimos a previsão de meta fiscal dos Estados e Municípios. Se [P23]V.Exa. observar, houve uma redução de 0,95 para 0,90.

No caso dos Estados e Municípios, não temos competência para impor-lhes essa meta. O que fazemos é uma avaliação, em função das informações que recebemos dos Estados e Municípios, e depois a projeção. Então, o que colocamos para o ano que vem foi essa projeção. Inclusive há na normatização a obrigação de o Governo ter superávit maior, caso os Estados e os Municípios não tenham condições de alcançar o que foi projetado. Não é determinado, porque não temos força.

Do ponto de vista constitucional, não teríamos condições de impor isso. O que foi projetado para o ano que vem, esse 0,95, na verdade é o que estava nos anos anteriores. Projetamos a mesma meta em 2010, e para as estatais houve uma redução porque tiramos da PETROBRAS a obrigação de cumprir a meta.

Com relação à Lei Kandir, comprometo-me a dar um retorno a V.Exa. sobre essa questão — talvez um calendário de repasse —, para ver o que está acontecendo e resolvermos isso. V.Exa. fez uma cobrança e me disponho a entrar em contato para esclarecer como vamos proceder com relação aos repasses da Lei Kandir e às cobranças de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Ministro, nosso grande apelo é no sentido de que a Lei Kandir possa chegar com a peça orçamentária equacionada no Congresso, e que possamos não ter de nos debruçar, a cada ano, sobre essa questão, gerando impasse e, muitas vezes, atrasando a própria votação do Orçamento, além dessa pendência anterior.

Obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - O Deputado Valtenir Pereira coloca uma série de questões. De fato, V.Exa. descreveu o que aconteceu com relação ao PRONASCI. Fizemos um contingenciamento nos limites do Ministério da Justiça e recebemos cobranças, digamos, veementes do Ministro Tarso Genro.

Fizemos uma adaptação e temos o compromisso de prosseguir negociando, até porque o PRONASCI é um programa prioritário do Governo. Na verdade, arriscamos a forma como trabalhamos, porque o PRONASCI começou atrasado no ano passado. Muitos convênios foram feitos no final do ano passado e têm execução prevista para este ano.

Então sabíamos que havia uma margem de tempo para lidar com essa questão e é isso o que estamos observando nas tratativas com o Ministério da Justiça.

Agradeço a V.Exa. as ponderações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Fiquei curioso com relação ao trabalho comunitário que está sendo feito em Mato Grosso, com entidades e cooperativas participando da execução do programa. Parece-me que é uma iniciativa boa e que está evoluindo. Na verdade, essas entidades, tanto as cooperativas como outras representativas da sociedade, têm ainda muita dificuldade em executar programas como esse. Então é uma boa notícia saber que em Mato Grosso o pessoal conseguiu vencer os obstáculos.

Com relação aos programas de reciclagem do lixo e a questão das entidades que também atuam no setor quilombola, quero dizer que concordo totalmente com a visão colocada por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Sr. Ministro, devolvo a palavra a V.Exa. para as considerações finais, se assim o desejar.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO - Apenas gostaria de agradecer aos Parlamentares a disposição e a paciência em debater. Daqui parto para o aeroporto. Vou hoje para Washington e retorno amanhã à noite. Se houver outra audiência na quinta-feira, poderei estar presente.

Agradeço a todos a disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Sr. Ministro, agradeço a V.Exa. o comparecimento e ao Dr. João Bernardo Bringel, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem assim a todos os Parlamentares que se fizeram presentes a esta sessão.

Declaro encerrada a presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

XXX